## ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA MÃE DOS HOMENS

# ESTATUTO SOCIAL CAPÍTULO I



# DA DENOMINAÇÃO, FINS, SEDE, DURAÇÃO E PATRIMÔNIO:

Art.1 – A ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA MÃE DOS HOMENS é uma entidade beneficente e filantrópica, sem fins lucrativos e uma associação civil com prazo de duração indeterminado.

Art. 2 – A Associação tem sua sede social e foro no seguinte endereço: QR 419 AREA ESPECIAL 01 SAMAMBAIA NORTE DF CEP 72.325-000

Paragrafo Primeiro: A Associação poderá criar filiais por deliberação da Assembleia Geral, em qualquer localidade no Distrito Federal.

Paragrafo Segundo: - A entidade aplicará integralmente no País os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais.

- Art. 3 A ASSOCIAÇÃO poderá desenvolver atividades de atendimento e promoção social e cultural com famílias em vulnerabilidade social com:
- a) oferecer e desenvolver a educação básica formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- b) Oferecer cursos de capacitação, técnicos, oficinas e atividades voltadas para crianças, adolescentes, jovens e adultos;
- c) Incentivar as diversas formas de manifestações culturais por meio de projetos e ações voltadas para as Artes Plásticas, Visuais e Fotografia. Artesanato, Cultura Popular e Manifestações Tradicionais, Dança, Literatura, Livros e Leitura, Música, Patrimônio Histórico e Artístico material e imaterial, Teatro e Cinema.
- d) realizar atividades relacionadas aos seus fins, utilizando quaisquer outros meios de comunicação.
- e) desenvolver programas e projetos voltados para a cidadania e respeito à vida;
- f) promover ações e atividades de comunicação social;
- g) apoiar instituições beneficentes com objetivos congêneres ou afins, através de parcerias, promovendo atividades conjuntas e mantendo intercâmbios educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes e informativos;

ng.

- h) promover ações beneficentes, filantrópicas no atendimento de seus assistidos e destinatários, na promoção da coletividade, do bem comum, no interesse social;
- i)oferecer e desenvolver a educação para o exercício da cidadania e inclusão social tendo por meio, o ensino, a educação moral e cívica;
- j) proposição de mostras, oficinas e feiras culturais;

k) oferecer atividades socioeducativas para as famílias dos assistidos e comunidade;

l) incentivar a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento humano,, desde que atenda aos objetivos da entidade;

m) promover ações esportivas e de lazer para o resgate da cidadania e inclusão social das crianças, adolescentes, jovens e famílias assistidas.

Paragrafo Único: A realização dos objetivos contidos no "caput" do presente artigo será concretizada sempre sem distinção de raça, crença, cor, condição social ou opiniões politicas de caráter geral.

- Art. 4: Para consecução dos seus fins, a ASSOCIAÇÃO promoverá.
- I) O relacionamento com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, dentro das diversas áreas, para realização de trabalhos ligados aos seus fins;
- II) A edição e difusão de livros, revistas, boletins e folhetos relacionados com suas atividades;
- III) Congressos, simpósios, cursos, seminários e conferências cujos temas estejam ligados aos seus objetivos, podendo patrocina-los ou realiza-los com entidades nacionais e/ou internacionais;
- IV) Convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.
- Art. 5: O patrimônio da ASSOCIAÇÃO será constituído pelas contribuições de seus associados, pelas pessoas físicas ou jurídicas, pelas subvenções dos Governos Federal ou Estadual, e pelos bens que a qualquer título venha a possuir.

#### Capítulo II

#### DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES:

Art. 6: A ASSOCIAÇÃO é constituída por número ilimitado de associados.

Art. 7- A admissão de um novo associado é condicionada à apresentação da proposta na qual figure como proponente um associado. Esta se tornará efetiva mediante a aprovação da mesma pelo voto da maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral. A exclusão ou demissão do associado se dá por meio de procedimento administrativo, em processo de exclusão do quadro associativo, por decisão da Assembleia Geral.

Bud

- § 1° Fica assegurado para o associado o amplo direito de defesa, inclusive recurso à Assembleia Geral no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação recebida.
- § 2° Havendo recurso de que trata o parágrafo anterior, a eficácia jurídica do ato de exclusão do associado somente surte seus efeitos após aprovação pela Assembleia Geral.
- §3° O associado poderá ser excluído ou demitido da associação quando faltar a três assembleias consecutivas ou quando requerer voluntariamente.
- Art. 8 São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais: 1º Oficio de Brasilia-DF

I) votar e ser votados para cargos eletivos;

II) tomar parte nas Assembleias Gerais;

III) trabalhar pela organização da ASSOCIAÇÃO, cooperando para o seu engrandecimento.

Art. 9 – São deveres dos associados:

I - cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

II - acatar as determinações da Diretoria e as resoluções das Assembleias;

III - zelar pelo bom nome da Associação.

IV - participação do associado nas Assembleias.

Art. 10 - Os associados não respondem nem mesmo subsidiariamente pelos encargos da instituição e não adquirem direitos sobre os bens da ASSOCIAÇÃO, sob qualquer título.

#### CAPÍTULO III

#### DO PRESIDENTE HONORÁRIO:

Art 11 - A ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA MÃE DOS HOMENS terá como Presidente Honorário Vitalício o Padre LUIGINO VALENTINI.

#### CAPÍTULO IV

#### DA ADMINISTRAÇÃO:

Art 12 - A ASSOCIAÇÃO será administrada pelos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral:

II- Diretoria:

fad

Dragator

## SECÇÃO I - DA ASSEMBLEIA GERAL:

Art. 13 - A Assembleia Geral, Órgão Soberano da ASSOCIAÇÃO, é constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 14- Compete à Assembleia Geral:

- I) eleger e destituir os membros da Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II) decidir sobre reformas do Estatuto Social;
- III) decidir sobre a extinção da ASSOCIAÇÃO, nos termos deste Estatuto;
- IV) decidir, bem como autorizar, sobre a conveniência de alienar, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V) aprovar o regimento interno.

**Parágrafo único.** Para as deliberações a que se referem os incisos I e II é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar sem a maioria absoluta dos representantes de cada uma das associadas.

- Art. 15 A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:
- I) apreciar o relatório anual da diretoria;
- II) discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;
- III) avaliar e aprovar o plano de ação.
- Art. 16 A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, quando convocada:
- I) pela diretoria
- II) pelo Conselho Fiscal;
- III) por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.
- Art. 17 A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da instituição: Por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10(dez) dias.

Parágrafo Único: - Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com 2/3 (dois terços) dos associados e em segunda convocação, uma hora após, com qualquer número.

m qualquer

Red.

Art. 18 - As Atas das Assembleias serão lavradas em livro próprio, contendo no fim de cada Ata o nome e a assinatura dos associados presentes.

# SECÇÃO II - DA DIRETORIA:

Art. 19 - A Diretoria será constituída por um Diretor-Presidente, um Diretor Secretário e um Diretor Tesoureiro.

Parágrafo Único: - Os membros da Diretoria serão eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 04 (quatro) anos, com direito a uma reeleição.

Art. 20: - Compete a Diretoria:

- I) elaborar programa anual de atividades e executá-los;
- II) elaborar e apresentar, à assembleia Geral, o relatório anual;
- III) relacionar-se em nome da ASSOCIAÇÃO com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- IV) contratar e demitir funcionários.;
- V) autorizar a utilização das instalações da ASSOCIAÇÃO, sede e filiais, respeitando os termos expressos neste Estatuto no regimento interno.
- Art. 21 A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por semestre.
- Art. 22 Compete ao Diretor Presidente:
- 1) representar a Associação ativa, passiva, judicial ou extrajudicialmente;
- II) cumprir e fazer cumprir este estatuto e o regimento interno;
- III) presidir a Assembleia Geral;
- IV) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V) realizar todos os atos cuja competência e responsabilidade estão fixadas neste Estatuto;
- VI) assinar juntamente com o Diretor Tesoureiro, os cheques e outros títulos.
- Art. 23- Compete ao Diretor Secretário:
- I) secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as Competentes Atas;
- II) dar publicidade aos associados das notícias das atividades realizações pela ASSOCIAÇÃO.

Sud

& Woods

#### Art. 24- Compete ao Diretor Tesoureiro:

- I) arrecadar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos em dinheiro ou bens, mantendo em ordem a documentação, devidamente escriturada e contabilizada;
- II) pagar as contas e despesas, autorizadas pelo Presidente;
- III) manter atualizados relatórios de receitas e despesas;
- 1º Oficio de Brasilia-DF al· Nº de Protocolo IV) apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- V) apresentar semestralmente, o balancete ao Conselho Fiscal;

Registro de Pesenes Juridicas VI) conservar sob sua guarda e responsabilidade o numerário e documentos relativos e tesouraria, inclusive contas bancárias.

Art. 25- Compete ao Diretor Tesoureiro, auxiliar o Diretor-Presidente no desempenho de suas funções, substituindo-o nas faltas e impedimentos e, em caso de vacância, convocar a assembleia geral para eleição do Diretor Presidente, o qual terminará o mandato.

## SECÇÃO III – DO CONSELHO FISCAL

Art. 26 - O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros e 01 (um) suplente, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo primeiro: O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria, ou seja: de 04 (quatro) anos.

Parágrafo Segundo: Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo suplente, até o seu término.

### Art. 27- Compete ao Conselho Fiscal:

- I) examinar os livros de escrituração da ASSOCIAÇÃO:
- II) examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- III) apreciar balanços os inventários que acompanham relatório anual da Diretoria.

Parágrafo único: O Conselho- Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 28 - As atividades exercidas pelos diretores e conselheiros serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer remuneração, bonificação, vantagem ou lucros.

CAPÍTULO V

# 1° Officio de Brasilia-DF N° de Protocolo 131285 Registio de Pessoas Jurídicas

# DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art 29 - A ASSOCIAÇÃO será dissolvida por decisão da Assembleia Geral extraordinária especialmente convocada para esse fim, quando se torne impossível continuação de suas atividades.

Parágrafo Único: Em caso de dissolução ou extinção da Associação Nossa Senhora Mãe dos Homens, os seus bens remanescentes serão destinados a outra entidade congênere, indicada pela Diretoria, ou na ausência de indicação, os mesmos serão destinados a entidade pública.

Art. 30 - Aos casos omissos deste Estatuto, aplicam-se as disposições previstas em legislação específica, e não as havendo, os princípios do Código Civil.

Art. 31 – A entidade não remunera, por qualquer forma os cargos da diretoria e não distribui lucros, bonificações ou vantagens a seus dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 32 - O presente Estatuto poderá ser reformado, no todo ou em partes, em qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, e encontra-se em vigor na data de seu registro em Cartório.

Brasília/DF, 03 de dezembro de 2015

Semea Alcici Assaf

Diretora-Presidente

Lanusse martins de Douge

Vanessa Martins de Souza

OAB/DF n. 17.446



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS Ficou arquivada cópia em microfilme